

DOI: <https://doi.org/10.23913/ricsh.v14i27.364>

Artigos científicos

Diversidade Cultural e Educação Social

Cultural Diversity and Social Education

Diversidad cultural y educación social

Geraldo Caliman

Coordenador da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e
Sociedade da Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasil

caliman@p.ucb.br

<https://orcid.org/0000-0003-2051-9646>

Rândala Maria de Moraes Nogueira y Rocha

Pontifícia Universidade Católica de Brasília PUC Goiás, Brasil

randalanogueira@hotmail.com [https://orcid.org/0009-](https://orcid.org/0009-0003-6751-9798)

0003-6751-9798

Resumen

O artigo discute a Educação Social como ferramenta para o respeito à diversidade cultural e à dignidade humana. Argumenta que a Pedagogia Social transcende o espaço escolar, abrangendo contextos de vulnerabilidade social. As diretrizes e bases da educação nacional brasileira (LDB) ampliou a visão sobre os processos educativos, reconhecendo a educação como fenômeno social. A diversidade social, essencial para a inovação e tolerância, também enfrenta desafios como discriminação e exclusão. A diversidade cultural, impactada pelo colonialismo e pela globalização, enfrenta desafios de homogeneização, mas deve ser valorizada como fator de inclusão social. A educação intercultural tende a promover acolhimento, escuta e diálogo. A UNESCO destaca sua importância para a coesão social. Políticas inclusivas e currículos diversificados são estratégias para fortalecer a diversidade. É dentro dessa linha que surgiu o projeto "Língua Portuguesa para Migrantes e Refugiados" da UCB, que exemplifica a aplicação da Educação Social, promovendo inclusão linguística e cultural. O ensino da língua contribui para a integração e exercício da cidadania dos migrantes, sendo um meio de superação de barreiras sociais. O projeto envolve estudantes voluntários e externos, que participam de aulas e atividades interculturais. Essas ações favorecem a aprendizagem colaborativa e problematizadora, promovendo o respeito à alteridade. A pedagogia social, nesse contexto, fortalece a dignidade humana,

destacando a educação como direito fundamental. O encontro de culturas proporciona um ambiente mais tolerante e inclusivo, favorecendo a convivência democrática e a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Palavras-chave: vulnerabilidade social; cultura; diversidade; pedagogia social.

Abstract

The article discusses Social Education as a tool for respecting cultural diversity and human dignity. It argues that Social Pedagogy transcends the school environment, encompassing contexts of social vulnerability. The Law of Directives and Bases of National Education (LDB) in Brazil expanded the vision on educational processes, recognizing education as a social phenomenon. Social diversity, essential for innovation and tolerance, also faces challenges such as discrimination and exclusion. Cultural diversity, impacted by colonialism and globalization, faces challenges of homogenization but should be valued as a factor of social inclusion. Intercultural education tends to promote acceptance, listening, and dialogue. UNESCO highlights its importance for social cohesion. Inclusive policies and diversified curricula are strategies to strengthen diversity. Within this line emerged the "Portuguese Language for Migrants and Refugees" project from UCB, which exemplifies the application of Social Education, promoting linguistic and cultural inclusion. Language teaching contributes to the integration and exercise of citizenship of migrants, being a means to overcome social barriers. The project involves volunteer students and externals, who participate in classes and intercultural activities. These actions favor collaborative and problematizing learning, promoting respect for otherness. Social pedagogy, in this context, strengthens human dignity, highlighting education as a fundamental right. The meeting of cultures provides a more tolerant and inclusive environment, favoring democratic coexistence and the construction of a more just and supportive society.

Key words: Keywords: social vulnerability; culture; diversity; social pedagogy.

Resumen

El artículo analiza la Educación Social como herramienta para el respeto a la diversidad cultural y la dignidad humana. Argumenta que la Pedagogía Social trasciende el ámbito escolar, abarcando contextos de vulnerabilidad social. La Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB) de Brasil amplió la visión de los procesos educativos, reconociendo la educación como un fenómeno social. La diversidad social, esencial para la innovación y la tolerancia, también enfrenta desafíos como la

discriminación y la exclusión. La diversidad cultural, impactada por el colonialismo y la globalización, enfrenta desafíos de homogeneización, pero debe ser valorada como un factor de inclusión social. La educación intercultural tiende a promover la aceptación, la escucha y el diálogo. La UNESCO destaca su importancia para la cohesión social. Las políticas inclusivas y los currículos diversificados son estrategias para fortalecer la diversidad. En esta línea surgió el proyecto "Lengua Portuguesa para Migrantes y Refugiados" de la UCB, que ejemplifica la aplicación de la Educación Social, promoviendo la inclusión lingüística y cultural. La enseñanza de idiomas contribuye a la integración y al ejercicio de la ciudadanía de los migrantes, siendo un medio para superar las barreras sociales. El proyecto involucra a estudiantes voluntarios y externos que participan en clases y actividades interculturales. Estas acciones favorecen el aprendizaje colaborativo y problematizador, promoviendo el respeto a la alteridad. La pedagogía social, en este contexto, fortalece la dignidad humana, destacando la educación como un derecho fundamental. El encuentro entre culturas proporciona un entorno más tolerante e inclusivo, favoreciendo la convivencia democrática y la construcción de una sociedad más justa y solidaria.

Palabras clave: Palabras clave: vulnerabilidad social; cultura; diversidad; pedagogía social.

Fecha Recepción: enero 2025

Fecha Aceptación: marzo 2025

Pedagogia Social e Educação Social

O espaço de atuação da educação social não é o espaço do controle social. Nem o espaço compreendido entre o dentro ou fora da escola. É o espaço humano. Aqui refletimos sobre como os processos educativos voltados para a diversidade cultural, particularmente aqueles inspirados pela Educação Social, podem se constituir em um instrumento importante para provocar o respeito à dignidade humana e ao direito dos humanos de assumirem suas diferenças.

O direito à “dignidade humana” e, de consequência, o direito a ser diferente, constitui a base sobre a qual se sustenta o respeito pela diversidade de cada um: a dignidade do outro exige o respeito dos direitos fundamentais de cada um. O reflexo claro do direito é o dever. Meu direito é o dever dos outros. O direito dos outros é meu dever respeitá-lo.

Assim, a pessoa deve ser sempre considerada como um fim, nunca como um meio. Somos iguais, temos todos direito ao mesmo respeito, mas temos todos, também, o dever de respeitar a dignidade do outro.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) representou um significativo salto para o entendimento oficial dos campos de atuação da Educação (Caliman; Ferreira; Lopes, 2022). A LDB, divulgada em 1996, amplia o entendimento dos setores nos quais acontecem os processos educativos: em primeiro lugar, no setor escolar, onde acontecem de modo programático e progressivo, a educação formal; no setor familiar, no setor das organizações da sociedade, nas manifestações culturais, nas relações e convivência humana. Portanto, reconhece que a educação salta os muros da escola, que se torna um dos espaços, privilegiado, é claro, onde ocorrem os processos formativos. Outras áreas, nomeadas acima (familiar, do trabalho, das relações humanas, da cultura) têm em comum uma característica privilegiada permeada pela dimensão social da educação.

Sob a esteira da dimensão social da educação é que se sentiu a necessidade de fundamentar uma ciência pedagógica própria, denominada como Pedagogia Social. Uma disciplina que une dois setores: o social e a educação. São duas margens que ancoram uma ponte ancorada em duas margens: de um lado, a dimensão social amparada pela ciência sociológica, e, do outro, a educação amparada pela ciência pedagógica. Esse processo ocorreu inicialmente na Europa. Foi lá que se desenvolveu uma epistemologia aplicada à Pedagogia Social. Por um lado, temos a prática pedagógica, comumente chamada de Educação Social, que representa o campo de pesquisa dos processos educativos; e essas pesquisas constituem-se em uma base para o desenvolvimento de uma epistemologia das Ciências da Educação voltada para o social, mais precisamente, da Pedagogia Social. Temos um sobrenome único para os vários campos e modalidades de atuação da dimensão social da educação: o sobrenome comum se aplica à Pedagogia Social, à Educação Social, ao Educador Social e ao Pedagogo Social.

Educação social permeia todas as práticas educativas: neste sentido a educação social deve ser compreendida não apenas como um campo de ação orientado aos contextos não formais, mas como um princípio que permeia todas as práticas educativas (Santos; Martins; Kassar, 2020).

Educação Social e Educação Escolar

A dimensão social da educação e, de consequência, a educação social, manifesta-se transversalmente nos processos educativos. Ela se orienta à prática da educabilidade humana e, de modo particular, voltada para pessoas que se encontram em condições de vulnerabilidade social. O problema é que às vezes, quando se fala em condições de vulnerabilidade, automaticamente as pessoas ligam com condições de

pobreza ou à falta de recursos materiais. No entanto, conhecemos diversos tipos de pobreza, onde a pobreza material é apenas uma entre outras. Outro mal-entendido diz respeito à aplicabilidade da educação social para pessoas em condições desfavoráveis, excluindo os ambientes escolares, identificando-os como educação formal. Como se esse não fosse um ambiente habitado por pessoas humanas necessitadas de apoio ao desenvolvimento social e ao enfrentamento de situações desfavoráveis ligadas à vivência da cidadania, da participação social, da pertença à sociedade. Evitamos a separação entre educação formal e não formal para não fazer coincidir o conceito de Pedagogia Social somente às atividades educativas não formais, fato que empobreceria o conceito e a aplicabilidade das metodologias socioeducativas.

Acreditamos que a Pedagogia Social seja uma pedagogia aplicada não a um espaço dentro ou fora de uma escola; mas aplicada a pessoas humanas que vivem, trabalham, estudam, seja fora ou dentro de uma escola, visto que são pessoas humanas. É uma pedagogia orientada para o ser humano, lá onde ele precisa de apoio para poder desenvolver uma relação participativa com a sociedade (Caliman; Ferreira; Lopes, 2022). Seja na rica Europa, onde nasceu a Pedagogia Social, seja em países pobres, é uma ciência voltada para o ser humano e não exatamente voltada para ambientes de pobreza ou que manifestam problemas comportamentais. É uma relação de ajuda ao ser humano, que precisa de ajuda, seja na relação com os outros, seja na relação com a sociedade em que vive.

Sendo assim, podemos identificar vários âmbitos onde ocorrem processos educativos moldados segundo as orientações da educação social: na educação rural, na Educação em regimes de privação de liberdade, nas áreas de Cultura, Artes, Música, Teatro e

Dança; na educação ao meio ambiente, na educação em Saúde, na educação Indígena, na pedagogia Hospitalar, na Terceira Idade, na Dependência Química (Silva; Neto; Graciani, 2022, p.161). Entre eles, podemos agregar o campo das diversidades. Aqui vamos nos ater à diversidade social e cultural.

Diversidade social

Para a prática educativa em contextos de diversidade, os autores Santos, Martins e Kassir (2020) sugerem o enfrentamento da diversidade social no âmbito escolar: em primeiro lugar, a integração real entre políticas de educação, saúde, assistência social e trabalho. Em segundo lugar, uma formação docente que inclua uma compreensão crítica da sociedade e das condições de vida dos alunos. Ressaltam também como se torna necessário o desenvolvimento de currículos que valorizem a diversidade e conectem o conteúdo escolar à realidade sociocultural dos estudantes. Além disso, faz-se necessário

trabalhar pelo fortalecimento de movimentos sociais que lutam por reformas educacionais e sociais inclusivas.

A diversidade social é um conceito fundamental que descreve as diferentes culturas, crenças, valores, origens étnicas, sociais e econômicas presentes em uma sociedade. Este fenômeno complexo desempenha um papel crucial na configuração das interações humanas e da estrutura social em si.

A diversidade social enriquece a sociedade de várias maneiras. Em primeiro lugar, ela promove a compreensão e a tolerância entre os indivíduos, ao expor diferentes perspectivas e experiências de vida. A interação com pessoas diversas desafia nossos preconceitos e estereótipos, levando à expansão de nossos horizontes e ao aumento da empatia. Além disso, a diversidade social estimula a criatividade e a inovação, uma vez que a combinação de diferentes pontos de vista e habilidades pode resultar em soluções únicas e eficazes para os desafios enfrentados pela sociedade.

No entanto, a diversidade social também pode apresentar desafios. O conflito cultural, a discriminação e a exclusão são problemas frequentes em sociedades culturalmente diversas. A falta de compreensão e respeito mútuo pode levar à segregação e ao isolamento de certos grupos, prejudicando a coesão social e o desenvolvimento harmônico da comunidade. Para superar esses desafios, é essencial promover o diálogo intercultural, a educação sobre a diversidade e a igualdade de oportunidades para todos os grupos sociais.

Uma maneira eficaz de promover a diversidade social é através da implementação de políticas inclusivas e da celebração da pluralidade cultural. As instituições e organizações devem adotar medidas para garantir a representatividade e a participação de indivíduos de diferentes origens em todos os níveis. Além disso, é fundamental investir em programas educacionais que ensinem a valorizar a diversidade e a promover a justiça social. O reconhecimento e o respeito pela diversidade devem ser incentivados desde a infância, a fim de construir uma sociedade mais justa e harmoniosa no futuro.

Ao reconhecer e celebrar as diferenças individuais e culturais, podemos criar um ambiente mais tolerante, inclusivo e solidário para todos os membros da comunidade. Promover a diversidade social não apenas enriquece a vida das pessoas, mas também fortalece os laços sociais e contribui para um mundo mais justo e equitativo para todos. É crucial que cada um de nós reconheça e valorize a diversidade como um ativo valioso que enriquece a nossa experiência coletiva como seres humanos.

Diversidade cultural

A diversidade cultural refere-se à variedade de culturas existentes em uma determinada sociedade, comunidade ou no mundo em geral. Ela abrange diferenças em tradições, crenças, línguas, práticas,

valores e costumes que caracterizam diferentes grupos de pessoas. Essa diversidade é um elemento essencial para o desenvolvimento social, pois promove o respeito mútuo, a tolerância e a cooperação entre diferentes comunidades.

A partir do século XV, a humanidade presenciou um período de ocidentalização do mundo, num processo histórico de colonização da África, da América e da Ásia. As raízes históricas da globalização econômica e cultural atual se encontram na imposição do etnocentrismo ocidental, uma visão de mundo e um modelo ocidental de sociedade que se mantém por meio da dominação colonial. Segundo Marín (2002), tal processo se dá por etapas: evangelização, civilização e desenvolvimento.

A primeira etapa desse processo se associa à evangelização dos povos conquistados, que começa com o ritual do batismo e se institucionaliza com uma pertença à Igreja.

A segunda etapa parte do princípio segundo o qual os indígenas, sendo então considerados selvagens, deveriam ser “civilizados”. Depois do batismo, começa o processo de alfabetização (em castelhano ou português) e a escola, quando presente, é o instrumento de dominação colonial. A única integração possível se faz pela aceitação da língua e da cultura oficiais dominantes, o que se dá em prejuízo da diversidade cultural e linguística local.

A terceira etapa do processo de ocidentalização se articula por intermédio da imposição do desenvolvimento aos “subdesenvolvidos”. A modernidade, com a constituição do Estado Nação como modelo político de Estado, impõe a defesa de uma nação artificiosa que supõe um povo e uma história, uma língua e uma cultura homogêneas. Os países europeus, induzidos por uma ideologia de modernização, legitimam a expansão do capitalismo e a realização do mito do progresso e, posteriormente, do desenvolvimento, do crescimento econômico indeterminado, da globalização, na nova economia.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, promulgada pela UNESCO (2002), reconhece como a diversidade cultural representa, para o gênero humano, uma dimensão tão necessária quanto a dimensão da diversidade biológica representa para a natureza. Reconhece, também, a importância da interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais e de políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos, garantindo a coesão social (UNESCO, 2002). O próprio governo brasileiro, em resposta às necessidades de compreensão em relação aos grupos culturais diversos que compõem nossa sociedade, cria, em agosto de 2004, a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, incumbida de promover e apoiar as atividades de incentivo à diversidade cultural, como meio de promoção da cidadania (Geraldes, p. 480).

Em um ambiente globalizado, a diversidade cultural se torna ainda mais relevante, já que as interações entre diferentes culturas se intensificam, promovendo o intercâmbio de ideias, inovações e práticas. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural é fundamental para a construção de sociedades mais inclusivas e equitativas, onde todos os grupos têm a oportunidade de contribuir com suas perspectivas únicas.

A diversidade cultural também é um ponto central em discussões sobre identidade, direitos humanos e desenvolvimento sustentável, sendo essencial para a promoção de uma convivência pacífica e enriquecedora entre diferentes povos.

O problema é que, no auge de “modernização”, o racionalismo ocidental constrói-se e se aprofunda numa separação entre a busca de produtividade/rentabilidade e o lugar reservado à natureza, na visão de mundo das culturas dominadas. Privilegia-se a cultura escrita em detrimento da cultura oral e narrativa. Antes, a modernização; hoje, a globalização. Ambas impõem um “modelo de cultura único” em detrimento da diversidade cultural. A pretendida universalidade da cultura ocidental veicula um modelo de sociedade que induz as “outras culturas” a recuperarem seu “atraso” por meio desses processos de abertura ao progresso, à modernização e à globalização. A imposição da universalidade da civilização e da cultura ocidental se encontra na lógica da exclusão da diversidade cultural. Tal exclusão se torna instrumento de homogeneização e de standardização cultural. Essa visão, típica de um paradigma funcionalista, passa, automaticamente, a excluir as diferenças, a considerá-las somente quando elas conseguem mostrar disposição efetiva para os mecanismos colocados em ação pelo sistema social, para nivelar tendências culturais, em consonância com o Estado-Nação, tais como a integração social, a socialização, a motivação pelo lucro, a persuasão e até a coerção.

Estratégias para ativação de uma educação intercultural

A educação é mediadora de conhecimentos e valores. A educação deve adotar uma abordagem tripla de tolerância, aceitação e reconhecimento. Segundo Cury (2021), é importante repensar o sistema educacional para torná-lo um verdadeiro instrumento de transformação social, onde a igualdade e a diversidade não apenas coexistam, mas sejam ativamente promovidas e celebradas.

Pieroni, Fermino e Caliman (2014) em seu livro dedicado à educação aplicada a ambientes de migração (“Pedagogia da Alteridade”), fruto de uma pesquisa baseada na experiência com migrantes de uma grande capital europeia, sugerem como, no “varejo”, a comunidade educativa e o educador podem promover contextos e processos relacionais proativos, capazes de ativar a educação intercultural:

- **Educación para o acolhimento:** trata-se de uma atitude de respeito à diversidade, centralizada no respeito ao diverso e baseada no reconhecimento da paridade de direitos. O acolhimento encontra-se associado a alguns níveis distintos que caracterizam a maneira de acolher: tolerância, aceitação, respeito, solidariedade e crítica.
- **Educación para a escuta:** escuta porque cada um sabe que existe se os outros se dão conta de sua presença, escuta de histórias de vida, escuta de si mesmos.
- **Educación para o diálogo entre culturas:** o encontro entre as culturas acelera os processos de crescimento pessoal, as revisões e as superações de horizontes caducos.
- **Educación para a alteridade:** caracterizar a relação de troca em base à complementariedade, ao duplo discurso, à introdução da interação na prática educativa, da troca, da reciprocidade, partindo do princípio segundo o qual o encontro com a diversidade gerará a ideia de heterogeneidade; aceitando-a, poderemos descrevê-la, poderemos falar sobre ela, construir sua lógica interna. Nesse sentido, parece obsoleto falar de assimilação, de integração e de inserção social. Cada identidade requer a aceitação de sua realidade: de afro, de gay, de mulher, de ancião, de cigano, de menino de rua. Ninguém pretende mudar para assumir a identidade oferecida pelo outro, mas a aceitação da diversidade com base na alteridade permite um novo pacto, uma nova negociação em que cada um reconhece a identidade do outro, mas conjuntamente, complementarmente, tratando-se em condições de pares.
- **Educación para a solidariedade:** a diferença como riqueza. A solidariedade se estende às atitudes e às estruturas. Atinge a esfera pessoal, mas também a social e a política. Mais que educação, a solidariedade exige uma cultura da solidariedade: passar da boa vontade individual a ações organizadas, com base no bem comum e na reciprocidade; que tenha uma referência central em um sistema de valores e de relações; que se baseie num humanismo do “nós”, da alteridade, em vez de um humanismo do eu.

Direitos dos migrantes e refugiados

Importante ressaltar um vasto corpo de referências teóricas para discutir os direitos dos migrantes e refugiados, bem como a responsabilidade do Estado brasileiro em oferecer abrigo e garantir a dignidade humana dessas populações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, particularmente seu artigo 14, é citada como um princípio central que orienta o direito ao asilo para indivíduos perseguidos. A Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo de 1967,

promulgados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), também são importantes normas internacionais que embasam a pesquisa.

Além desses documentos internacionais, o estudo se apoia na Constituição Federal de 1988, que prevê a dignidade humana como um fundamento do Estado Democrático de Direito.

Henrique *et al.* (2024) ressaltam algumas das estratégias inovadoras identificadas que incluem:

- a. Programas de Conscientização Social: para combater a xenofobia e educar a população nacional sobre a necessidade de respeitar os direitos dos migrantes e refugiados.
- b. Programas de Aceleração da Validação do Registro Legal de Permanência: acompanhamento jurídico e político para facilitar a regularização da estadia dos estrangeiros no país.
- c. Programas de Suporte para Validação de Documentos Educacionais e Experiências Profissionais Estrangeiras: ajuda na homologação de diplomas e experiência profissional adquirida no exterior.
- d. Parcerias com Empresas: incentivo à contratação de estrangeiros, promovendo sua inclusão no mercado formal de trabalho.
- e. Programas de Aprendizado da Língua Portuguesa: iniciativas para melhorar as habilidades linguísticas dos migrantes, facilitando sua integração social e econômica.
- f. Valorização da Cultura Estrangeira: ações para preservar e respeitar as culturas de origem dos migrantes e refugiados.

Projeto “Língua Portuguesa para migrantes e refugiados” da Universidade Católica de Brasília – UCB

A extensão universitária cria “uma atmosfera propícia para acolher, cuidar e desenvolver conhecimentos” (Siveres, 2013, p. 10), numa “visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas” (Capra, 1996, p. 16). É um espaço propício para a aprendizagem vivencial, reflexiva e dialógica e, também, de produção de “consciência e de conhecimento que gera conhecimento” (Menezes, 2010, p. 14).

A extensão, também, oportuniza o protagonismo dos acadêmicos, tendo em vista que na universidade “o conhecimento deve ser construído pela experiência ativa do estudante e não mais ser assimilado passivamente, como ocorre o mais das vezes nos ambientes didático-pedagógicos do ensino básico” (Severino, 2007, p. 25). Projetos como esse representa uma iniciativa significativa em termos de responsabilidade social da Instituição Universitária, proporcionando aos imigrantes não só a oportunidade de adquirir uma nova língua, mas também de sentir-se valorizados e incluídos na comunidade escolar (Balzan; Kanitz, 2020).

Ademais, vale mencionar que as Universidades têm o compromisso social, já que a “prática social assume sentidos, significados e valores diferentes e diversificados para cada ator social, considerando que cada um possui objetivos e interesses diferentes no processo interativo” (Santos Júnior, 2013, p. 97).

Nesse sentido, nas universidades, a responsabilidade social está atrelada normalmente à extensão universitária, por sua relação com a sociedade juntamente com o ensino e a pesquisa. De todo modo, a concepção de responsabilidade social deve ir além das ações específicas da extensão universitária, haja vista que todo o processo educacional deve ser implementado de forma sistêmica e indissociável. É por essa razão que a extensão é definida como “o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28).

Seguindo essa perspectiva, o Núcleo de Extensão Universitária da Universidade Católica de Brasília (UCB) desenvolve o Programa SER+. Dentre vários projetos desenvolvidos por esse programa, tem-se o Projeto Língua Portuguesa para Migrantes e Refugiados, iniciado desde 2014, que disponibiliza, na esfera da extensão universitária, aulas gratuitas para migrantes e refugiados no Campus da UCB de Taguatinga-DF.

Sabemos que o domínio da Língua Portuguesa é um dos critérios estabelecidos pela Polícia Federal para que se possa requerer o processo de naturalização no Brasil e, por isso, a Universidade Católica de Brasília (UCB), por meio do Programa SER+, firmou parceria com o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

O Projeto objetiva contribuir com o aprimoramento dos aspectos linguísticos da leitura, da escrita e da oralidade, proporcionando aos migrantes e refugiados a oportunidade de adquirirem uma nova língua e, também, sentirem-se valorizados e incluídos na sociedade brasileira.

O Projeto, também, oportuniza aos migrantes e refugiados conteúdos transversais, como, por exemplo, os Direitos Humanos, a cidadania, a mobilidade urbana, o emprego e a renda, o lazer e a cultura, etc., buscando, dessa maneira, educá-los para convivência e para a vida em sociedade, no caso em tela a sociedade brasileira, com o intuito de superar os problemas sociais, por meio de práticas pedagógicas e reforçar a importância de se garantir a dignidade de cada ser humano, com o auxílio da mediação do idioma.

Para tanto, a cada início de semestre é divulgada a inscrição para os migrantes e refugiados, por intermédio de jornais de grande circulação, canais de televisão e redes sociais da UCB, sendo disponibilizadas 100 vagas.

As vagas são preenchidas por ordem de inscrição e as aulas ocorrem 1 (uma vez) por semana, com duração de 2 (duas) horas, em turmas ofertadas nos períodos diurno e noturno, nas terças, quartas e quintas-feiras.

É necessário esclarecer que não há nivelamento das turmas, isto é, tem-se nas turmas migrantes e refugiados que chegaram ao Brasil recentemente, com meses ou anos, bem como com nível superior, nível básico e não alfabetizados em sua língua materna.

Essa impossibilidade de nivelamento ocorre para atender a disponibilidade dos migrantes e refugiados em relação ao trabalho, além da questão cultural, pois existem casos, por exemplo, em que a mulher só pode frequentar aquele dia e horário da aula, tendo em vista que é dia de folga do esposo e a mulher só pode sair de casa em companhia do marido.

Posteriormente, é divulgado o edital, por meio das redes sociais da UCB, das inscrições para os estudantes voluntários matriculados nos cursos de graduação, presencial, híbrido e EAD, da UCB. Para isso, o estudante/voluntário deve disponibilizar, no mínimo, 40 (horas) para a sua participação, preferencialmente no turno contrário ao do seu curso. São ofertadas 36 vagas para os voluntários que são preenchidas, também, por ordem de inscrição.

Há, ainda, a possibilidade de ter voluntários externos que, independentemente da sua formação acadêmica, se disponibilizam a colaborar nas ações elaboradas pelo Projeto. Para tanto, é encaminhado um e-mail para o Núcleo de Extensão Universitária (projetosermas@ucb.br), informando o interesse em participar do Projeto. Vale salientar que a comunidade externa tem acesso ao e-mail do Programa SER+, por intermédio dos canais de comunicação da UCB. Após sua manifestação, são solicitados, também, via e-mail, dados cadastrais para confeccionar o termo de voluntariado, iniciando-se, assim, os trâmites legais institucionais.

Feitas as inscrições, tanto dos migrantes e refugiados, quanto dos estudantes voluntários e dos voluntários externos, são organizados, separadamente, dois encontros. O primeiro, com todos os migrantes e refugiados, para esclarecê-los a respeito do funcionamento do Projeto, como, por exemplo, responsabilidade com o material didático – apostila – que irão receber no primeiro dia de aula, comprometimento com o horário e impossibilidade de levar pessoas que não estão inscritas para a sala de aula.

O segundo, com os estudantes voluntários e voluntários externos, tem o intuito de orientá-los a respeito do funcionamento do Projeto, comprometimento com o horário, a importância de ir com a aula preparada, por exemplo. Nesse encontro, eles recebem o material didático – apostila – que será utilizado em sala de aula pelos migrantes e refugiados.

Vale mencionar, por oportuno, que é esclarecido que o material didático apresenta conteúdos norteadores para as aulas, mas que podem utilizar outros materiais como suporte. Esse material de suporte deve ser encaminhado, com antecedência, para o Núcleo de Extensão Universitária para reprodução e, posterior, aplicação em aula.

Por fim, nesse encontro, é esclarecido que a Educação Social é uma forma de educação e constitui o objeto e âmbito da Pedagogia Social, o fenômeno, a realidade, a práxis e a ação educativa, enquanto a Pedagogia Social se expressa como uma disciplina científica, que reflete, conceitua e investiga essa Educação Social, ou seja, “a Pedagogia Social é considerada um conceito que corresponde à teoria pedagógica, enquanto a Educação Social corresponde à ação realizada sobre o indivíduo” (Loureiro; Casteleiro, 2009, p. 72). Essa interface é refletida no seguinte gráfico:

Figura 1. Pedagogia Social - Educação Social



Fonte: Loureiro; Casteleiro, 2009

Esse esclarecimento é necessário para que os estudantes voluntários e voluntários externos entendam que a educação ocorre e se desenvolve ao longo da vida, por meio do sistema de influências educacionais exercidas pelos diferentes agentes socializadores (universidade, escola, família,

comunidade, grupos, meios de comunicação etc., entre outros) e dos diferentes contextos e áreas nas quais o sujeito interage e se desenvolve.

Posteriormente, são realizados um encontro por mês com os estudantes voluntários e voluntários externos. Esses encontros têm o intuito de ouvi-los a respeito de suas experiências e para reforçar o papel da Pedagogia Social e da Educação Social, bem como dialogar a respeito de práticas voltadas para a inclusão, atendendo às necessidades da diversidade, por exemplo.

Dentre essas práticas, pode acontecer, a título de exemplo, a realização de uma festa que tem como fio condutor a comida típica do país de origem do migrante ou refugiado. Nessa aula, os migrantes, refugiados, os estudantes voluntários e os voluntários externos podem levar a comida típica, com posterior apresentação da história e dos condimentos que a constituem.

Pode acontecer, também, no horário da aula, uma visita técnica ao Museu Itinerante de História Natural, Projeto de Extensão vinculado ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica de Brasília (UCB), que existe há cinco anos e fica localizado no Bloco M, na Sala M-310, Campus de Taguatinga-DF.

Nessa aula, os migrantes e refugiados têm a oportunidade de saber a importância da conservação, preservação e do uso adequado dos recursos naturais, principalmente do Cerrado (bioma que abrange vários Estados, inclusive o Distrito Federal) etc.

Encaminhando para o final do semestre, é aplicado, pelos estudantes voluntários e voluntários externos, aos migrantes e refugiados o simulado do teste de proficiência, no seu dia e horário de aula. O objetivo desse simulado é prepará-los para o teste de proficiência. Para tanto, a prova tem duração de 2 horas e 15 minutos, sendo o conteúdo distribuído em: Prova 01: Vídeo - 1 hora, incluindo a apresentação do vídeo; Prova 02: Leitura - 1 hora e Prova 03: Oral (face a face) - 15 minutos.

Finalizando o semestre, é realizado o teste de proficiência, aplicado pela Coordenação do Projeto, com a colaboração dos estudantes voluntários e voluntários externos. Essa semana é dedicada à aplicação do teste e cada aluno pode escolher os dias e horários, disponibilizados pela Coordenação, podendo ocorrer no período da manhã, da tarde e à noite.

Feitas as correções dos testes de proficiência, os migrantes e refugiados são avisados, por e-mail, pela equipe do Núcleo de Extensão Universitária, do resultado, bem como uma possível data para retirada do certificado.

Diante da propositura do Projeto apresentado, vale lembrar, que a extensão universitária é a ação da Universidade que ocorre por meio de atividades, ações, projetos ou programas educativos, culturais e

científicos que articulam o ensino e a pesquisa e possibilitam o compartilhamento com o público externo dos conhecimentos desenvolvidos na instituição.

Essa articulação é imprescindível para o desenvolvimento de uma consciência cidadã e humana, formando sujeitos capazes de contribuir com a transformação da realidade e com o desenvolvimento da sociedade e, por isso, a importância do Projeto Língua Portuguesa para Migrantes e Refugiados, da UCB, para os estudantes voluntários e voluntários externos, no âmbito da extensão universitária.

Além disso, as Universidades, por terem o compromisso social, possibilitam a permuta entre os saberes universitários e os comunitários, frente às necessidades, interesses e pretensões sociais. Não sendo diferente, o Projeto Língua Portuguesa para Migrantes e Refugiados, da UCB, permite tanto para os estudantes voluntários e voluntários externos, quanto os migrantes e refugiados construírem os conhecimentos, considerando os diferentes sujeitos ou grupos sociais e, também, a diversidade de saberes gerados em outras localidades.

E suma, o Projeto desafia os migrantes e refugiados a aprenderem a desaprenderem, uma vez que o conhecimento “não é um produto acabado e embalado para transmissão” (UNESCO, 2022, p. 52), por meio da Pedagogia Social, pois essa pedagogia educa as pessoas para a convivência e para a vida em sociedade, com o intuito de superar os problemas sociais - descreve as diferentes culturas, crenças, valores, origens étnicas, sociais e econômicas presentes em uma sociedade -, por meio de práticas pedagógicas emancipatórias (educação social) que reforçam a importância de se garantir a dignidade de cada ser humano, no caso em tela, os alunos do Projeto.

Reflexões conclusivas

Com o intuito de promover a diversidade social, os estudantes voluntários e voluntários externos, ao desenvolverem as práticas educativas, realizam um processo de acolhimento e de escuta empática dos migrantes e refugiados, potencializando, como dizia Paulo Freire (1985, 2011), o direito à palavra tão negligenciada a essa parcela população mundial.

As práticas educativas, vivenciadas pelos estudantes voluntários e voluntários externos, convergem para o diálogo entre culturas e para a alteridade, decorrente da socialização das histórias de vida e dos desafios enfrentados desde a sua saída do país de origem à sua chegada ao Brasil. O preconceito, o desemprego, a fome e a exploração da mão de obra sem a devida contrapartida salarial são aspectos presentes na constituição da identidade desse segmento da população mundial.

Percebemos nas práticas educativas, posturas de solidariedade vivenciadas entre estudantes voluntários e voluntários externos que atuam no Programa, quando se ajudam no esclarecimento de

dúvidas e conceitos importantes para a aprendizagem da língua portuguesa, ou seja, nesse momento, são compartilhados os princípios de não discriminação, de respeito à diversidade, existindo, por conseguinte, aprendizagem participativa, colaborativa, problematizadora, interdisciplinar, intergeracional e intercultural (UNESCO, 2022).

Desse modo, a Universidade Católica de Brasília, por intermédio do Programa SER+, desenvolvido pelo Núcleo de Extensão Universitária, tem o Projeto Língua Portuguesa para Migrantes e Refugiados, executado por estudantes voluntários e por voluntários externos, os quais desenvolvem práticas educativas em um contexto de migração e de exposição dos migrantes à percepção por parte da população local de uma diversidade social e cultural. Tal encontro de culturas, amparado por processos educativos, permite reconhecer e celebrar as diferenças individuais e culturais e, com isso, criar um ambiente mais tolerante, inclusivo e solidário para todos os membros da comunidade.

Ademais, essas práticas pedagógicas possibilitam aos migrantes e refugiados a se fortalecerem e se relacionarem com a sociedade em que estão inseridos, ao aprimorarem os aspectos linguísticos da leitura, da escrita e da oralidade da Língua Portuguesa.

E, por fim, essas práticas pedagógicas também reforçam a importância de se garantir a dignidade de cada ser humano, com o auxílio da mediação do idioma, já que todas as pessoas são iguais como seres humanos, ou seja, toda pessoa tem uma característica que lhe é própria e com a qual deve conviver sem violências e intolerâncias culturais.

Referências

- Balzan, C. F. P., & Kanitz, A. (2020). Língua portuguesa para imigrantes e refugiados: Relato de uma experiência no IFRS-Campus Bento Gonçalves. *Revista LínguaTec*, 5(1), 273–284.
- Caliman, G. (2008). *Paradigmas da exclusão social*. Universa/UNESCO.
- Caliman, G. (2009). Pedagogia social. In J. M. PELLEZO (Org.), *Diccionario de Ciencias de la Educación* (p. 889–890). Ediciones CCS.
- Caliman, G., Ferreira, A. V., & Lopes, L. S. (2022). Pedagogia social: Indignação e/ou emancipação? In A. V. Ferreira (Org.), *Pedagogia social: Da indignação à emancipação* (pp. 19–45). Autografia.
- Capra, F. (1996). *A teia da vida*. Cultrix.
- Cury, C. J. (2021). O futuro da educação: Igualdade e diversidade. *Revista Lusófona de Educação*, 52, 103–116.
- Esteban, J. O. (2005). Pedagogía social y pedagogía escolar: La educación social en la escuela. *Revista de Educación*, 336, 111–127.

FORPROEX - ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES

PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Disponível em: Acesso em: março de 2012. Geraldês, M. A. F., & Roggero, R. (2011). Educação e diversidade: Demandas do capitalismo contemporâneo. *Educação e Sociedade*, 32(115), 471–487.

Ghiggi, M. (2001). *L'educazione interculturale: Problemi teorici e suggestioni della pratica* [Dissertação de mestrado, Università Pontificia Salesiana].

Freire, P. (1985). *Extensão ou comunicação?* (8ª ed.). Paz e Terra.

Freire, P. (2011). *Pedagogia do oprimido* (50ª ed.). Paz e Terra.

Henrique, A., Oliveira, W. L. T. de, Torres, T. P. da R., & Dutra, M. R. S. (2024). Migração, refúgio e inclusão social: Estratégias inovadoras de apoio na integração de migrantes, refugiados e outros. *Revista Eixos Tech*, 11(3).

Loureiro, M., & Casteleiro, S. (2009). A Pedagogia Social em Portugal. In J. C. Souza Neto, R. da Silva, & R. Moura (Orgs.), *Pedagogia Social* (pp. 83–93). Expressão e Arte.

Marín, J. (2002). Globalización, educación y diversidad cultural. *Perspectiva*, 20(2), 377–403.

Menezes, A. L. T. de. (2010). Extensão: Por uma percepção de um conhecimento biocêntrico. *Revista Diálogos*, 14(1), 8–15.

Pieron, V., Fermino, A., & Caliman, G. (2014). *Pedagogia da alteridade: Para viajar a Cosmópolis*. Liber Livro.

Santos Júnior, A. L. (2013). *A extensão universitária e os entre-laios dos saberes* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Disponível em: <https://bit.ly/46WI7cG>

Santos, F. A. dos, Martins, B. A., & Kassir, M. D. C. M. (2020). Olhares para a diversidade, inclusão escolar e exclusão social: Contribuições da educação social. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15(Especial), 2146–2166.

Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez.

Silva, R., Souza Neto, J. C., & Graciani, M. S. S. (2022). A prática da pesquisa em pedagogia social no Brasil. In J. C. Souza Neto & R. Silva (Orgs.), *Pedagogia social: Fundamentos* (pp. 157–173). Expressão e Arte.

Síveres, L. (2013). *O princípio da aprendizagem na extensão universitária*. Liber Livro.

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO). (2002). *Universal declaration on cultural diversity*. UNESCO.

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO). (2022). *Reimaginar nossos futuros juntos: Um contrato social para a educação*. Fundação SM.